



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4000918-33.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **ANDRÉ LUIS DOS SANTOS e outro**  
 Requerido: **HOPI HARI S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O .**

Trata-se de ação em que os autores almejam ao recebimento de indenização para reparação de danos materiais e morais que o réu lhes teria causado.

Alegaram que foram até ele para usufruir de suas atrações, mas se viram frustrados em virtude da má prestação dos serviços oferecidos, de sorte que retornaram a São Carlos depois de utilizarem somente um dos brinquedos lá existentes.

Os dados fáticos que alicerçaram a pretensão deduzida são diversos, a saber:

- demora para entrada no parque diante do escasso número de funcionários que ali se encontravam para o devido atendimento;
- quase totalidade do parque não tinha área coberta;
- pequena quantidade de brinquedos em funcionamento, porquanto havia dez deles em manutenção que não podiam ser usados;
- longa permanência em fila, sem alimentação;
- previsão de trinta minutos para acesso a um dos brinquedos que se transformou em três horas e vinte minutos;
- clientes "vips" que passavam à frente dos que adquiriram entradas convencionais;



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

- parque lotado;
- descaso dos funcionários, evidenciado pela entrada em funcionamento do brinquedo "sky coster" às 15h:30min, quando isso deveria ter ocorrido às 11h.

O réu refutou a má prestação de serviços a seu cargo, ressaltando que além dos brinquedos há várias outras atrações espalhadas pelo parque disponíveis aos autores, como shows, restaurantes, cinemas, teatro, jogos e lojas.

De outra banda, salientou que os brinquedos são submetidos a permanente e rigorosa fiscalização visando à prevenção de acidentes, informando os que não estão em funcionamento por sua central de atendimento, em seu site e por intermédio de placas de comunicação colocadas fora da entrada do parte.

Reconheceu a venda do denominado "vip pass", mas ressaltou que ela tem por objetivo propiciar melhor planejamento e organização das visitas.

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida prospera em parte.

Isso porque a ré não impugnou especificamente vários fatos alegados pelos autores, deixando inclusive de negar que alguns deles tivessem realmente acontecido.

Nesse contexto, a excessiva demora para a entrada ao parque decorrente do escasso número de funcionários colocados para atendimento e a longa permanência em fila (tanto que a previsão de trinta minutos foi superada em quase três horas) não foram objeto de contrariedade fundamentada por parte do réu.

Já a explicação dada pelo mesmo a respeito dos brinquedos que não estavam em funcionamento não milita em seu favor.

Sobre o assunto, restou incontroverso que na data em apreço dez dos brinquedos não podiam ser utilizados, quantidade essa que transparece excessiva.

O argumento de que havia outras atrações passíveis de uso somente confirma que o dos brinquedos ficou prejudicado, tanto que se teria de recorrer a outras formas de entretenimento.

Isso, todavia, não se justificava, tendo em vista que claramente há pessoas que se dirigem ao réu com o fim precípua de ter acesso aos brinquedos, não se interessando por outras atrações.

Se assim é – e há que se reconhecer que o réu se notabilizou pela oferta de brinquedos que chamam a atenção dos usuários – não se pode aceitar o panorama traçado, permeado para impossibilidade de acesso ao seu principal chamariz.

Essa situação agrava-se ainda mais quando se nota pela fotografia de fl. 18 (não impugnada pelo réu, aliás) que havia enorme quantidade de pessoas nas dependências do réu na ocasião em pauta.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Nem se diga que foi feita a devida comunicação sobre a situação do parque naquele dia.

Inexiste indicação segura de que isso tivesse ocorrido através de seu site ou por meio de sua central de atendimento, ao passo que a colocação de placas na entrada do parque não assume maior relevância.

De um lado, a medida não era eficaz para usuários provenientes de locais distantes (como os autores), que após se deslocarem por largas distâncias naturalmente prefeririam tentar o acesso ao parque ao imediato retorno aos lugares de origem.

De outro, a providência por si só não alertava para o número de brinquedos em funcionamento e especialmente para o tempo aproximado que seria gasto para o uso de cada um deles.

É por tudo isso que tenho como configurados os danos morais sofridos pelos autores a partir desses aspectos.

A situação a que foram expostos pela desídia do réu por certo foi geradora de frustração de vulto e abalo consistente que superaram em muito os meros dissabores inerentes à vida cotidiana.

Ao menos na hipótese vertente o réu não demonstrou a esperada organização para o adequado atendimento de seus usuários.

Anoto, por oportuno, que essa situação não se confunde com outras inerentes à própria grandeza do réu, naturalmente geradoras de esperas e demoras para que se usufrua de seus brinquedos e demais atrações.

Na espécie dos autos houve extrapolação a qualquer atraso razoável, o que dá margem aos danos invocados passíveis de reparação.

Os autores nesse sentido fazem jus à indenização postulada, mas o valor dela não haverá de ser o proclamado, que se afigura excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados em dois mil reais para cada autor.

Solução diversa apresenta-se para o pedido de indenização pelos danos materiais.

Mesmo reconhecendo a precariedade dos serviços oferecidos, é inegável que de algum modo os autores deles se aproveitaram e em consequência não se justifica o reembolso do que despenderam para tanto, inclusive sob pena de enriquecimento sem causa em detrimento do réu.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para para condenar o réu a pagar a cada autor a quantia de R\$ 2.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 03 de abril de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**